

## ***Fatos e dados de projetos***

### **1. Informações básicas:**

- Nome: **Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)**
- Órgão gestor: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU)
- Data de assinatura do contrato: 03/07/2014
- Duração do contrato: 30 anos
- Investimento privado estimado: R\$80.000.000,00

### **2. Descrição do projeto:**

A competência para a gestão de resíduos sólidos no Brasil é dos municípios. Na RMBH, em que as chamadas manchas urbanas se confundem, o Governo do Estado vai gerir, de maneira compartilhada com os municípios, parte dessa competência, contratando a PPP para os serviços de transbordo, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos. O município continuará responsável pela coleta domiciliar dos resíduos e por todas as etapas que antecedem o transbordo.

### **3. Pagamento público:**

A contraprestação pecuniária é composta pelas seguintes parcelas:

- Parcela 1: Parcela Remuneratória Mensal, paga a partir do início da prestação do serviço de transbordo, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos
  - O valor da Parcela Remuneratória Mensal é proporcional ao montante de RSU efetivamente destinado, em cada lote, a cada mês. O valor pago por tonelada destinada é:
    - Lote 1: R\$ 79,13 por tonelada/dia
    - Lote 2: R\$ 72,13 por tonelada/dia
- Parcela 2: Parcela Anual Complementar, paga doze meses após o início da prestação do serviço de transbordo, tratamento e disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos
  - A Parcela Anual Complementar somente será devida caso o montante de RSU efetivamente entregue à concessionária seja inferior a 70% da projeção anual de RSU estabelecida no contrato.

### **4. Outras obrigações do poder público:**

Além de efetuar os pagamentos públicos, o Governo tem a obrigação de:

- Acompanhar a execução das obrigações contraídas pelos municípios convenientes, principalmente no que tange à periodicidade da coleta convencional de Resíduos Sólidos Urbanos e a destinação dos mesmos às Estações de Transbordo ou às Centrais de Tratamento indicadas;

## ***Fatos e dados de projetos***

### **5. Os indicadores para avaliação de desempenho:**

- Índice de Processamento da ESTAÇÃO DE TRANSBORDO, relativo à quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos remanescentes por mais de 72 horas na Estação de Transbordo em relação à capacidade total da Estação de Transbordo;
- Índice de Redução de Resíduos Aterrados, relativo à quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos dispostos em aterro sanitário em relação ao montante de Resíduos Sólidos efetivamente destinados;
- Índice de Disponibilidade de Destinação Final, relativo ao montante de Resíduos Sólidos Urbanos efetivamente destinados em relação ao montante de Resíduos Sólidos entregue à concessionária.

### **6. Valor projetado do investimento privado: R\$80.000.000,00**

### **7. Garantias financeiras do poder público:**

Será preservado estoque mínimo de liquidez com valor correspondente a R\$10.000.000.000,00 (dez milhões de reais), em cada um dos lotes, que será constituído por títulos públicos federais e ações de empresas de capital aberto registradas no mercado nacional de bolsas de valores, com controle direto ou indireto pelo Governo de Minas Gerais.

### **8. Outros destaques do projeto:**

- Um dos objetivos dessa PPP é cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que definiu como uma das metas a eliminação dos lixões e aterros controlados até agosto de 2014
- Em contrapartida ao aporte financeiro do Estado, o município será responsável por implantar a coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva de organizações de catadores de materiais recicláveis, garantindo, além da questão ambiental, o viés social do projeto
- São beneficiários dessa PPP 43 municípios da RMBH e do Colar Metropolitano e 3 milhões de pessoas.
- Inseriu-se nos critérios licitatórios a variável “Coeficiente Ambiental”, gerando incentivo ao licitante para redução do percentual de resíduos sólidos aterrado ao longo da concessão.